



AS
G
AD

Ata Número Três

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas e quarenta minutos, reuniu ordinariamente, na Sede do Rancho Folclórico Flores de Serpins, a Assembleia Municipal, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; -----
- 2 - Designação de um representante do município para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJL; -----
- 3 - Apreciação e votação da proposta das condições do seguro de acidentes pessoais dos Membros da Assembleia Municipal; -----
- 4 - Apreciação e votação do projeto da Estratégia Local da Habitação (ELH);
- 5 - Apreciação e votação da delegação de competências municipais na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio; -----
- 6 - Apreciação e votação da delegação de competências municipais na Freguesia das Gândaras; -----
- 7 - Apreciação e votação da delegação de competências municipais na União de Freguesias de Louçã e Vilarinho; -----
- 8 - Apreciação e votação da delegação de competências municipais na Freguesia de Serpins; -----
- 9 - Apreciação e votação da Alteração do Auto de Transferência de Recursos celebrado com a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio em 01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril; -----
- 10 - Apreciação e votação da proposta de Alteração do Auto de Transferência de Recursos celebrado com a Freguesia das Gândaras em



AA
D
af

01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----

11 - Apreciação e votação da proposta dos recursos a transferir para a União de Freguesias de Lousã e Vilarinho (Auto de Transferência de Recursos) ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----

12 - Apreciação e votação da proposta de Alteração do Auto de Transferência de Recursos celebrado com a Freguesia de Serpins em 01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----

13 - Apreciação e votação, relativamente à União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----

14 - Apreciação e votação, relativamente à Freguesia das Gândaras, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;--

15 - Apreciação e votação, relativamente à União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----

16 - Apreciação e votação, relativamente à Freguesia de Serpins, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----

17 - Apreciação e votação da Proposta da 1ª Alteração do Mapa de Pessoal do ano de 2022;-----

18 - Apreciação e votação da autorização de abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2º grau - Chefe de Divisão - para a Divisão de Desenvolvimento Social e Económico;-----

19 - Apreciação e votação da proposta de alteração das deliberações da Câmara Municipal de 20.04.2020 e da Assembleia Municipal de 13.05.2020, relativamente à autorização concedida para abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2º grau - Chefe de Divisão - para a Divisão Financeira;-----

20 - Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano do ano de 2022; -----

21 - Apreciação e votação da proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana para a aldeia do Catarredor;-----

22 - Apreciação e votação da proposta de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da Vila da Lousã; -----

23 - Apreciação e votação da proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana para Vale de Nogueira;-----

24 - Apreciação e votação do Acordo de Mutação Dominial a realizar com as Infraestruturas de Portugal - IP, no âmbito do troço da estrada da EN17, zona da Ponte Velha, a transferir para o Município da Lousã.-----

A Senhora Presidente da Mesa começou por dar posse a Maria Fernanda dos Santos Oliveira da Franca, em consequência da renúncia de mandato do cidadão Luís Carlos Lourenço Marques, dado ser a cidadã posicionada imediatamente a seguir na ordem da lista, apresentada pela coligação PPD/PSD.CDS/PP, expressamente eleita, no passado dia vinte e seis de setembro de 2021, cuja ata fica apensa a este livro de atas como Anexo, (doc. nº 1 (um)). Seguidamente convidou o membro agora empossado a tomar o seu lugar nesta Assembleia Municipal, dizendo ser muito bem-vinda, e aproveitando, ainda, para lhe desejar as maiores felicidades, neste cargo, e votos de bom trabalho.-----

Dando continuidade aos trabalhos, deu início à reunião ordinária da Assembleia Municipal. Informou que esta sessão estava a ser transmitida em direto, por streaming, nas redes sociais, aproveitando para cumprimentar

todos os que estavam a acompanhar por esta via. Informou, também, que o público inscrito para intervir, assinou uma declaração em como autoriza a captação, utilização e divulgação das imagens obtidas durante a realização desta reunião, salvaguardando, desta forma, o estabelecido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. -----

Agradeceu a receção e apresentou cumprimentos ao Senhor Júlio Marques, Presidente da Direção do Rancho Folclórico Flores de Serpins, pela cedência do espaço, para a realização desta reunião e ao Senhor Presidente da Junta de Serpins, pela forma como recebeu, aqui, esta assembleia. Disse que é entendimento da Mesa continuar a descentralizar as reuniões da Assembleia Municipal e, desta forma, marcar uma presença mais próxima de todos os cidadãos lousanenses. Declarou, ainda, que este espaço reúne condições muito adequadas, em termos de segurança e de distanciamento físico, neste tempo de Pandemia e, por isso, agradeceu a colaboração prestada. Passou a palavra à segunda secretária, Maria Aldina Martins, para fazer a chamada, e verificar as presenças, justificações de faltas e substituições. -----

CHAMADA: -----

Feita a chamada verificou-se a ausência de Maria Carolina Henriques que justificou a falta e foi substituída por Susana Barata, da Coligação "É hora de Mudar" PPD/PSD.CDS/PP. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

A Senhora Presidente da Mesa anunciou o período de "intervenção do público". Informou que os interessados em intervir tinham de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, conforme estabelecido e divulgado no Edital número cinco de dois mil e vinte e dois. Disse que, neste período, cada cidadão tem cinco minutos para fazer a sua intervenção, de acordo com o regimento em vigor. Deu nota de que havia duas inscrições para este período da ordem de trabalhos, mas, entretanto, um dos cidadãos abdicou do uso da



palavra, pelo que chamou o Senhor **Paulo Magro**, a fim de apresentar o seu assunto. -----

Paulo Magro interveio começando por felicitar, desejar o maior sucesso e um bom desempenho ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** pelo facto de ter sido nomeado, como membro efetivo, para o Comité das Regiões da União Europeia. Seguidamente, pediu informações sobre um projeto piloto designado LIFE LIGNOBIO, programa de iniciativa comunitária tendo como parceria local responsável a GAL Dueceira e Parceria Transnacional como entidade coordenadora a Fundação Geral da Universidade de Alcalá de Henares, Espanha que recebeu uma comitiva da Lousã. Disse que para além dos municípios ligados a esta associação, há outras entidades ligadas a este projeto, que tem a ver com a conversão dos resíduos florestais em bio produtos de alto interesse industrial através de tecnologia termoquímica assistida por micro ondas. Os beneficiários finais deste projeto serão os agricultores, autarquias e toda a comunidade da área de abrangência. Posto isto questionou se já existem alguns resultados práticos ou que perspetiva tem sobre o resultado final deste projeto piloto. Por último, referiu-se ao tarifário da APIN e à notificação da entidade reguladora ERSAR a solicitar segunda proposta de tarifário, uma vez que não emitiu parecer favorável, e sugeriu uma revisão do contrato de gestão delegada, pelo que, perguntou se já houve alguma resposta ou proposta relativamente ao último documento apresentado. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder à questão, não sem antes apresentar cumprimentos a todos. Agradeceu ao Senhor Presidente do Rancho Folclórico Flores de Serpins pela presença e cedência do espaço e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, como anfitrião. Apresentou, ainda, uma saudação especial a **Maria Fernanda da Franca**, membro hoje empossado. Agradeceu os votos formulados pelo Senhor Paulo Magro e em relação ao projeto LIFE LIGNOBIO, informou que a participação é feita no âmbito da Dueceira e, deu nota que começou a



desenvolver-se no ano de dois mil e dezanove. Entretanto um conjunto de ações previstas a realizar de forma presencial ficaram prejudicadas pelas contingências da Covid-19. Confirmou que houve uma deslocação à Universidade de Alcalá, onde esteve incluído o Município da Louçã, e, nessa visita, foi feito o lançamento efetivo do projeto com a verificação do desenvolvimento do processo que tem a ver com a obtenção do resultado já referido. O projeto irá agora ser retomado para concretizar o previsto. Relativamente ao tarifário da APIN, informou que é habitual a recusa e não emissão de parecer favorável pela ERSAR. Informou que houve a contraposição da APIN, relativamente à argumentação da ERSAR e, de acordo com a informação que dispõe a situação encontra-se a ser tramitada. Disse que o importante a referir é que algumas das questões que a ERSAR elenca como razões para parecer desfavorável, são questões que foram introduzidas pela APIN em favor dos consumidores, nomeadamente a ERSAR entende que não deve haver a desagregação de alguns escalões. Entretanto, a APIN contestou porque são questões que vão contra o interesse da própria associação e do tarifário a imputar aos consumidores, conforme estava proposto. -----

A Senhora Presidente da Mesa deu início ao ponto **antes da Ordem do Dia**, lembrando, que este ponto tem a duração máxima de sessenta minutos, de acordo com o regimento em vigor. Apelou à capacidade de síntese e de pragmatismo porque esta Ordem de Trabalhos é muito extensa. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

VOTAÇÃO DA ATA: -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à apreciação e votação a ata referente à reunião ordinária que teve lugar no dia quinze de dezembro do ano de dois mil e vinte e um. Referiu que apenas podiam votar os membros que estiveram presentes na referida reunião. Não havendo sugestões de

melhoria ou pedido de correção, foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos do PS, da Coligação "É hora de mudar" - PPD/PSD.CDS-PP e BE, não tendo participado na votação **Maria Fernanda da Franca**, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.-----

A Senhora Presidente da Mesa apresentou ao plenário, uma proposta do Executivo com caracter excecional, pontual e urgente, com base no nº 2, do artigo 50º da Lei nº 75/2013, para que a Assembleia Municipal possa deliberar a título extraordinário e tendo em consideração as circunstâncias excecionais previstas no nº 3, do artigo 20º do regimento da Assembleia Municipal, a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos e que delibere sobre a Prorrogação do prazo até um de janeiro do ano de dois mil e vinte e três para a transferência das competências no domínio da ação social, ao abrigo do disposto no decreto-lei nº 23/2022 de 14 de fevereiro. No entanto, antes de colocar à votação a proposta e para enquadramento do assunto solicitou ao **Senhor Presidente da Câmara** a apresentação e enquadramento da mesma.-

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer que se trata de uma situação de calendário. A Câmara Municipal recebeu esta notificação, no passado dia quinze de fevereiro, relativamente a esta necessidade de deliberação pela Assembleia Municipal, até ao dia catorze de março, no âmbito da possibilidade conferida pelo governo de adiar a solução das competências no campo de ação da intervenção social para o ano de dois mil e vinte e três. Apesar de ter sido deliberado pelo governo esse adiamento, obriga a que cada uma das Assembleias Municipais mantenha a sua deliberação própria. Face ao exposto, afirmou que é neste sentido que o Executivo coloca à consideração da Assembleia Municipal a inclusão deste ponto, a fim de cumprir com os requisitos apresentados relativos a este adiamento.-----

A Senhora Presidente da Mesa abrindo um período de inscrições, questionou se alguém pretendia usar da palavra.-----

INSCRIÇÕES: Santinho Antunes. -----

Santinho Antunes interveio começando por apresentar cumprimentos a todos e aproveitou a oportunidade para apelar à participação do público nestas assembleias, a fim de defenderem os interesses dos lousanenses. Em seguida, afirmou, citando: *"não posso deixar de interferir neste ponto, porque na passada Assembleia foi minha intervenção o seguinte: a solução a encontrar relativamente a descentralização de competências na área de ação social deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências em que o poder local democrático se assume como titular de competências próprias o que não se prevê acontecer. Eu, que deixei o repto ao **Senhor Presidente** para de forma severa reclamar junto do governo meios necessários para que a transferência acontecesse quando forem garantidos os recursos materiais e humanos para tal, fico e ficamos, - o Grupo Municipal do PPD/PSD.CDS/PP fica muito contente por este adiamento feito pelo governo e deixamos aqui esta nota de que foi solicitado aqui nesta assembleia."* -----

Colocado à votação a inclusão, na ordem de trabalhos, do ponto vigésimo quinto - proposta extraordinária e excecional do Executivo, foi aprovada por unanimidade por todos os membros da Assembleia Municipal. -----

Assim sendo, a **Ordem de Trabalhos** passou a ter a seguinte ordenação: -----

- 1** - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; -----
- 2** - Designação de um representante do município para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJL; -----
- 3** - Apreciação e votação da proposta das condições do seguro de acidentes pessoais dos Membros da Assembleia Municipal; -----
- 4** - Apreciação e votação do projeto da Estratégia Local da Habitação (ELH);

- 5 - Apreciação e votação da delegação de competências municipais na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio;-----
- 6 - Apreciação e votação da delegação de competências municipais na Freguesia das Gândaras;-----
- 7 - Apreciação e votação da delegação de competências municipais na União de Freguesias de Lousã e Vilarinho;-----
- 8 - Apreciação e votação da delegação de competências municipais na Freguesia de Serpins;-----
- 9 - Apreciação e votação da Alteração do Auto de Transferência de Recursos celebrado com a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio em 01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----
- 10 - Apreciação e votação da proposta de Alteração do Auto de Transferência de Recursos celebrado com a Freguesia das Gândaras em 01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----
- 11 - Apreciação e votação da proposta dos recursos a transferir para a União de Freguesias de Lousã e Vilarinho (Auto de Transferência de Recursos) ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----
- 12 - Apreciação e votação da proposta de Alteração do Auto de Transferência de Recursos celebrado com a Freguesia de Serpins em 01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----
- 13 - Apreciação e votação, relativamente à União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----

- 14** - Apreciação e votação, relativamente à Freguesia das Gândaras, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril; --
- 15** - Apreciação e votação, relativamente à União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----
- 16** - Apreciação e votação, relativamente à Freguesia de Serpins, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----
- 17** - Apreciação e votação da Proposta da 1ª Alteração do Mapa de Pessoal do ano de 2022; -----
- 18** - Apreciação e votação da autorização de abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2º grau - Chefe de Divisão - para a Divisão de Desenvolvimento Social e Económico; -----
- 19** - Apreciação e votação da proposta de alteração das deliberações da Câmara Municipal de 20.04.2020 e da Assembleia Municipal de 13.05.2020, relativamente à autorização concedida para abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2º grau - Chefe de Divisão - para a Divisão Financeira;-----
- 20** - Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano do ano de 2022; -----
- 21** - Apreciação e votação da proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana para a aldeia do Catarredor;-----
- 22** - Apreciação e votação da proposta de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da Vila da Lousã; -----
- 23** - Apreciação e votação da proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana para Vale de Nogueira;-----

24 - Apreciação e votação do Acordo de Mutação Dominial a realizar com as Infraestruturas de Portugal - IP, no âmbito do troço da estrada da EN17, zona da Ponte Velha, a transferir para o Município da Lousã.-----

25 - Apreciação e votação da prorrogação do prazo para a transferência de competências no domínio da ação social ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto; -----

A Senhora Presidente da Mesa em seguida informou que deu entrada uma proposta do Grupo Municipal Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP, fora do prazo, não cumprindo o que está estabelecido no regimento, pelo que a mesma não será apreciada e votada, nesta reunião, propondo que seja analisada e apreciada na próxima reunião da Assembleia Municipal se assim o entenderem. -----

A prosseguir os trabalhos, inscreveram-se, ainda, para este período antes da Ordem de Trabalhos: Santinho Antunes, Joel Fernandes, Paulo Simões, Maria Guilhermina Antunes, João Santo, Patrícia Ramalheiro, António José Gonçalves, Pedro Santos, João Curvelo, Nelson Lopes, Daniela Guerreiro, Marco Sequeira e Margarida Correia.-----

Santinho Antunes apresentou um requerimento à Mesa, que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 2 (dois)). Referia que o Grupo Municipal Coligação "É Hora de Mudar", PPD/PSD.CDS/PP apresentou no dia vinte e um de fevereiro uma proposta para que a Assembleia Municipal da Lousã deliberasse instar o governo, nomeadamente, a Ministra da Saúde, quanto à reabertura da extensão do Centro de Saúde em Serpins, dotação de mais profissionais de saúde para reforçar as diversas unidades funcionais, modernização das redes de comunicações das extensões, alargamento do horário de funcionamento da unidade de cuidados de saúde primários, até obter um serviço de atendimento permanente, aquisição de material clínico e outros. Disse que

esta proposta não foi aceite pela Mesa, alegando que deveria ter chegado, atempadamente, à **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia**, dois dias úteis, antes, ou seja, na sexta-feira passada. Referiu que a Ordem do Dia foi apresentada a todos os membros da Assembleia Municipal, no dia quinze de fevereiro, apenas nesse dia, o Grupo Municipal Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP, ficou a conhecer a Ordem do Dia, bem como o conjunto de documentação extensa que dela fazia parte. Confirmou que a proposta do Grupo Municipal Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD.CDS/PP, foi apresentada no sábado, porque como todos trabalham há alguma indisponibilidade. A referida proposta, simples, é constituída apenas por duas folhas, sem qualquer documentação anexa, pelo que, no seu entendimento e em termos legais consubstanciados no artigo dezanove, alínea f) do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, refere que os documentos devem ser remetidos à **Presidente da Assembleia** até dois dias antes do início da sessão, às onze horas desse dia, devendo, posteriormente, serem remetidos a todos os membros da Assembleia Municipal com a maior celeridade possível, a receção dos documentos pode ser feita até agora antes da realização da Assembleia Municipal. Concluiu dizendo que no Regimento, não existe, neste artigo, prazo para entrega de qualquer documento neste tempo. Questionou se é a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** ou o Grupo Municipal do PS que se opõe a esta proposta. Quanto à decisão da **Mesa**, citando: *"baseia-se no facto de estarmos perante uma recomendação sobre assunto de interesse público, pelo menos foi o que eu percebi, considero que nada mais errado, pois estamos perante uma proposta de deliberação para a Assembleia Municipal instar a Ministra da Saúde, face ao estado dos cuidados de saúde primários, na Louçã, nomeadamente aqui em Serpins em que a extensão do Centro de Saúde se mantém encerrada. Nós, não estamos a fazer qualquer recomendação ao Executivo, sobre a forma como deve gerir esta situação, estamos a instar a Assembleia Municipal para atuar. Caso assim se demonstre que a falta de aceitação desta deliberação, por parte dos*

restantes grupos municipais, resta-me concluir a importância que está a ser dada a esta situação de saúde de cuidados primários da Lousã. O que esperava ver aqui hoje, era a aceitação por todos da discussão desta proposta e não o seu adiamento, mesmo que tarde, votem favoravelmente à mesma, na próxima assembleia daqui a dois ou três meses e a saúde dos lousanenses não se compadece com tal prazo. Pelo exposto, requiere-se que V. Ex^a, mais uma vez, pela simplicidade da proposta, que a mesma seja apreciada e votada. -----

Joel Fernandes interveio para dizer, citando: "que fique bem claro e explícito como todos saberão, principalmente quem trata com estes assuntos que o Grupo Municipal do PS não aprova nem decide que propostas é que entram na ordem de trabalhos, sendo uma proposta apresentada aqui, seria para a ordem de trabalhos, como efetivamente foi dito na Conferência de Representantes realizada, não nos foi apresentada. Recebemos, tal como os outros grupos municipais quando tivemos conhecimento na mesma altura. Fomos hoje informados que a proposta não seria aceite porque, efetivamente, como foi e bem dito, não cumpre os pressupostos para a entrada que teria que ser entregue até às onze horas de sexta-feira. O Grupo Municipal do PS tem todo o interesse em debater estes assuntos e até terá interesse em ter uma tomada de posição de força, desta assembleia e como tal, temos toda a disponibilidade. Foi feito um contacto com o líder do Grupo Municipal da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP, apresentar na próxima sessão da Assembleia Municipal, se tal entender, uma tomada de posição conjunta, também com a colaboração do BE para que seja uma tomada de posição de toda esta assembleia. Portanto, não nos cabe a nós, julgar da legalidade ou não da entrada de documentos. A única coisa que esta assembleia pode fazer, neste momento, é debater o que está na ordem de trabalhos."-----

A Senhora Presidente da Mesa afirmou que relativamente a esta matéria, não podia deixar de esclarecer que não só o Senhor Membro **Santinho Antunes**, mas todos os membros da assembleia, receberam os documentos, a partir do

momento que foi finalizada a ordem de trabalhos. Sublinhou que todos os documentos em conjunto com o Edital, foram encaminhados a todos os membros da assembleia, nos prazos que estão estabelecidos no regimento em vigor. **A Senhora Presidente da Mesa** acrescentou ainda, citando: "que independentemente de ter sido criada uma Comissão para rever o regimento, porque há questões que têm que ser analisadas e revistas, é com base no atual que a assembleia se tem que reger." Assim, o artigo décimo nono do regimento em vigor refere que todos os documentos para serem analisados deverão dar entrada dois dias antes do início da sessão, às onze horas e, como tal, não está em causa o assunto, mas o documento que não cumpre com o que está estabelecido e, por isso, a recusa da discussão deste documento. -----

Paulo Simões tomou a palavra começando por apresentar cumprimentos a todos. Seguidamente, e enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Serpins e serpinense, disse ser uma honra receber, em Serpins a Assembleia Municipal. Referiu que a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município visando a defesa dos interesses do concelho e a promoção do bem-estar da população, no respeito da Constituição da República e no princípio da legalidade democrática. Formulou votos para que os trabalhos permitam o debate dos assuntos que realmente importam para o desenvolvimento do concelho. -----

Maria Guilhermina Antunes interveio para se referir a uma notícia publicada no jornal O Trevim, relativa ao eventual encerramento da valência do jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia da Louçã, implicando a transferência de crianças. Endereçou ao **Senhor Presidente da Câmara** algumas questões, designadamente, se esta situação se verificará já para o próximo ano letivo 2022/2023, qual a colaboração prevista por parte da Câmara Municipal em todo este processo, e que propostas e estratégias estão delineadas no sentido de dar resposta às questões inerentes a esta mudança, nomeadamente recursos humanos, espaços físicos e equipamentos. -----



João Santo usou da palavra começando por mencionar duas notas positivas, uma relativa ao alargamento do horário da Biblioteca Municipal, assunto este que foi abordado na sessão da Assembleia Municipal anterior, embora que, no seu entendimento, seja necessário estudar uma forma de oferecer aos estudantes a possibilidade de terem outros locais alternativos, com horários ainda mais alargados. No entanto, disse aceitar esta medida como uma boa notícia, visto que a preocupação foi sentida e a alteração do horário foi executada. Regozijou-se pela transferência do troço da estrada da EN 17, para domínio municipal, assunto incluído no ponto número vinte e quatro da ordem de trabalhos, e já há muito tempo reclamado pelos habitantes daquela zona. Deu nota de que no dia quatro de fevereiro, foi publicado um decreto-lei que altera a lei de bases da empresa Metro Mondego e questionou o **Senhor Presidente da Câmara** citando: *"qual é que é o seu sentir sobre o final e derradeiro fim da linha do Ramal da Lousã que deixa de estar afeto à ferrovia nacional e que passa a ficar na Metro Mondego por concessão de Sistema de Mobilidade."* Seguidamente, referiu-se ao Rio Arunce que tem tido alguns problemas de limpeza, sobretudo o troço entre o Casal dos Rios e os Cômoros, perguntando se está prevista alguma ação de limpeza das margens do rio e como está o processo a decorrer. Mencionou, também, o cruzamento ao fundo da Rua Sacadura Cabral, dado que tem conhecimento da ocorrência de alguns acidentes naquele local. Questionou se está previsto algum estudo da alteração da sinalética no sentido de tornar este cruzamento, mais seguro e mais claro para os que circulam naquele troço. A concluir, referiu-se à EN 342 que está interdita há mais de três meses, estando previsto, neste período, a execução do viaduto do Arneiro, contudo, disse ter constatado que as obras se encontram bastante atrasadas, pelo que desejava saber se esta situação se vai prolongar por muito mais tempo e quais os prazos previstos para que aquela via não continue interdita ao trânsito, uma vez que traz bastantes inconvenientes a todos os utilizadores da zona industrial e de todos quantos por ali costumavam passar. -----

Patrícia Ramalheiro interveio para destacar em detalhe, o empenho que o Executivo tem feito no trabalho desenvolvido em prol da educação e das famílias do concelho. Deu nota que a Câmara Municipal aprovou apoios às famílias com várias entidades locais no âmbito das políticas municipais, através de protocolos definidos e direcionados a encontrar respostas para os tempos livres, e outros apoios sociais nomeadamente, as tarifas sociais, o apoio na aquisição de material escolar, transportes, apoios financeiros diretos, e ao programa dos "primeiros passos". Deu nota de que durante o período de contenção provocado pela pandemia, a Câmara Municipal fez um reforço de medidas, no momento em que as escolas estiveram fechadas assegurando a distribuição alimentar aos alunos dos escalões a e b, e foram entregues cento e sessenta cabazes às crianças do pré-escolar e primeiro ciclo, minimizando as carências junto das famílias com maior vulnerabilidade. Deu conhecimento do plano de intervenção em espaços escolares, referiu as obras de requalificação do jardim-de-infância do Freixo que conseguiram cumprir os prazos estabelecidos, retomando assim a atividade no início do segundo período escolar com o esforço e empenho das equipas da Câmara Municipal, operacionais, e Agrupamento de Escolas que tudo fizeram para assegurar a reabertura no tempo previsto. Disse que esta modernização permitiu uma melhoria significativa no conforto e na qualidade do funcionamento ao nível de eficiência energética com a instalação de painéis solares, melhoramentos das estruturas da rede de águas, eletricidade, iluminação com tecnologia led, melhoramentos dos espaços exteriores e a cobertura junto à entrada e, também, a cobertura que faz a ligação entre o refeitório e as salas. Relativamente ao edifício antigo foi possível criar um espaço multiusos de grande dimensão que permite diversas atividades com as crianças e com a comunidade. Estes investimentos na área de educação nomeadamente, o programa "Primeiros Passos", a intervenção no jardim-de-infância de Serpins, a colocação de equipamentos de climatização no refeitório, na sala de atividades do Jardim do Regueiro, bem assim como a

requalificação e a modernização da Escola Secundária da Lousã, evidenciam a preocupação e atenção por parte da autarquia na área da educação das crianças e jovens do concelho.-----

António José Gonçalves interveio começando por mencionar que, citando: "o PS ganhou as eleições, também na Lousã, com maioria absoluta, infelizmente. Lamento que, sendo a Lousã um bastião do Partido Socialista, ninguém da Lousã fazer parte das listas pelo PS, em Coimbra, uma vez que até elegeu seis deputados, lamento a Senhora Ministra da Saúde, Dr.^a Marta Temido, que veio cá duas vezes à Lousã fazer campanha com o Senhor **Luís Antunes** e agora, também, pelo PS. Não vejo qualquer mais-valia na presença desta senhora aqui, até porque estamos em Serpins e a extensão do Centro de Saúde encerrou. Quisemos apresentar uma proposta e foi rejeitada. Os Senhores parecem que não estão dispostos a resolver o problema. Há pessoas sem médico de família, isto é grave. Isto é virar as costas aos problemas." Questionou, ainda, o **Senhor Presidente da Câmara** como é que vai fiscalizar os quinhentos mil euros que deu à APIN, embora não devesse tê-lo feito. Em seguida, referiu-se ao património existente na Fábrica de Papel do Boque que é propriedade da Câmara Municipal. Afirmou que já colocou esta questão dezenas de vezes, porque enquanto o edifício foi de interesse concelhio, não se podia tocar nas máquinas, no entanto, após o incêndio do ano de dois mil e dezassete, o edifício deixou de ser considerado de interesse concelhio, mas as máquinas continuam lá. Disse que não voltaria a falar neste assunto, mas pediu para ser cabalmente esclarecido relativamente às máquinas que permanecem no local. Disse ter conhecimento que não será fácil retirar aquele património de lá, porque houve "um virar de costas a esta situação desde sempre. Isto é mais uma negligência da Câmara Municipal da Lousã." Deu nota que veio ao conhecimento do Grupo Municipal da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP que na Urbanização Quinta da Nogueira, o dono do loteamento se apercebeu que foi cortada uma árvore cuja espécie é uma nogueira. Segundo informações recolhidas foi alegado que a nogueira

estava, citando: "podre. Não estava nada podre, porque há fotografias no Google que o comprovam. A noqueira ficou de ser entregue ao proprietário para ir para uma serração, mas não foi entregue e, relativamente ao loteamento, houve uma alteração ao mesmo, e o proprietário não foi notificado para estas duas questões. Gostaria que o **Senhor Presidente** nos elucidasse do que é que realmente se lá passa. " A concluir, fez uma referência ao tamanho reduzido da letra do Boletim Municipal.-----

Pedro Santos tomou a palavra começando por louvar e realçar a aplicação do investimento feito pela Câmara Municipal em DAE's para a utilização dos desfibriladores automáticos externos, por não profissionais de saúde, porque está comprovado que a sua utilização aumenta, significativamente, as probabilidades e as possibilidades de sobrevivência das vítimas. Informou que esta rede de investimento incluiu a instalação de quinze equipamentos em espaços públicos, alguns direcionados em algumas atividades de maior risco, bem como a formação de pessoas para operar no DAE. -----

João Curvelo usou da palavra e no seguimento da intervenção de **João Santo**, congratulou o Executivo pelo alargamento de horário da Biblioteca Municipal. Citando: "contudo, e infelizmente, os meus colegas do Partido Socialista, decidiram na última sessão da Assembleia Municipal, chumbar a proposta que nós aqui apresentamos que continha, também, uma proposta de alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal, apesar de ser mais ambicioso, do que o que está agora em vigor e, em vez de apresentarem alguma proposta de alteração para obtermos um consenso, que é sempre necessário, visto que o PS tem a maioria na Assembleia Municipal. O PS escolheu chumbar a nossa proposta em vez de gerar um consenso. Assim, desta maneira, não vejo em que é que aqui na nossa assembleia se verificou a realidade da maioria dialogante que agora o PS fala a nível nacional. Infelizmente, na nossa Assembleia Municipal, o PS preferiu ser a maioria arrogante do que a maioria dialogante, mas, mesmo assim, fico feliz pelas propostas da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD.CDS/PP possam dar

boas ideias ao Executivo Municipal para o alargamento do horário da Biblioteca." -----

Nelson Lopes citando: "Boa tarde a todos. Começo por cumprimentar a **Senhora Presidente da Assembleia** e respetiva Mesa, cumprimentar, também, o **Senhor Presidente da Câmara** e os seus Vereadores aqui presentes, cumprimentar todos os membros da Assembleia Municipal, e na pessoa do Senhor Presidente da Junta de freguesia de Serpins, cumprimentar todos os Presidentes de Junta e restantes autarquias, cumprimentar, também, os colaboradores da autarquia, a comunicação social, o público que está presente e todos aqueles que nos acompanham através das Redes Sociais. Também, uma palavra de agradecimento ao Rancho Folclórico Flores de Serpins, pela cedência das instalações para a realização desta sessão. Eu, antes de ir ao ponto da minha intervenção, permitam-me apenas que faça aqui um comentário acerca desta questão do alargamento do horário da biblioteca, porque, ou fui eu que percebi mal nas notícias que vieram a público, ou foi uma reposição do horário, daquilo que era o horário normal da biblioteca e que, certamente está publicado em várias notícias, no passado. Eu penso que será esse o caso e não o caso que está aqui, da questão do alargamento ou não que, segundo o que eu percebi na última sessão da assembleia, ficou e bem, ser pensado e ponderado encontrar a melhor solução que sirva os jovens da Louçã. Pois isto vou a um ponto que deve orgulhar a todos. Como todos sabemos, o ano de dois mil e vinte, ficou marcado pelo surgimento inesperado de uma pandemia que nos trouxe grandes desafios. Todos nós, de forma individual e coletiva, tivemos que nos adaptar a tempos diferentes e desconhecidos. Como bem nos lembramos, em março desse ano, quando começaram as primeiras restrições para controlar a pandemia, ninguém imaginava, nem era possível prever como iriam ser os meses seguintes, nem o impacto que a covid criou nas famílias e nas empresas. Foi sem dúvida, o primeiro ano de grande incerteza para todos e, penso eu, o mais difícil, e por esse motivo, foi com grande satisfação que



constatamos nos anuários publicados na imprensa Regional no passado mês de dezembro, que de uma forma geral as empresas de empresários da Lousã conseguiram ter uma grande capacidade de adaptação e, principalmente, a resiliência necessária para enfrentar tamanho desafio. Mesmo com uma redução generalizada da faturação, ao analisarmos com atenção o ranking do anuário das maiores empresas do distrito de Coimbra que foi publicado no passado dia dezassete de dezembro, encontramos referência a cinquenta e duas empresas do concelho da Lousã. Cinquenta e duas empresas e, neste universo representativo do nosso tecido económico e, neste ano tão difícil e atípico, destas cinquenta e duas empresas, apenas três não conseguiram terminar o exercício com resultados positivos. Também no mesmo anuário, podemos verificar, retirando as cidades que, obviamente, tem outra dimensão económica e empresarial, a Lousã é o segundo concelho do distrito que apresenta mais empresas neste ranking e que, nesse ano, essas mesmas empresas foram responsáveis por cerca de 244 milhões de euros de faturação o que evidencia bem a grande vitalidade e resiliência do nosso tecido empresarial. Portanto, perante o mérito desta mostra que de alguma forma é representativa da vida económica do nosso concelho e, tratando-se de um ano como todos bem sabemos, particularmente difícil, quero aqui deixar uma especial saudação a todas as empresas e empresários da Lousã, bem como a todos os seus colaboradores e parceiros. Quero, também, aqui deixar uma palavra de apreço para a Associação Empresarial Serra da Lousã e para o Executivo que de uma forma geral tenho conseguido acompanhar por darem resposta às dificuldades e aos grandes desafios que as empresas e os empresários tiveram de enfrentar nestes últimos dois anos. Tendo presentes estes indicadores que, em termos de exercício económico, são os primeiros que conhecemos neste já longo período de pandemia estou convicto que mantendo este esforço conjunto vamos continuar a superar as dificuldades e encarar o futuro com esperança e confiança e é com estas duas palavras -

esperança e confiança, que termino esta minha intervenção, nesta que é a primeira sessão da Assembleia Municipal do novo ano." -----

Daniela Guerreiro interveio para dar nota da sua preocupação em relação ao estado de conservação das zonas de lazer e parques infantis, bem como a sua higiene e segurança. Disse reconhecer que os locais onde estão instalados, estão vedados e são seguros, no que respeita às estradas principais, todavia, e principalmente durante a noite, a falta de luz atrai encontros de jovens que, lamentavelmente, escolhem aqueles locais para a ingestão de álcool e de outros consumos. Deu nota que estas ocorrências têm sido verificadas na Zona de lazer da Quinta das Courelas, no Parque Carlos Reis e, no minicampo da Quinta de S. Pedro, junto ao parque infantil, este já bastante degradado. Afirmou que não é esperado por parte da Câmara Municipal o controle de este tipo de comportamentos, porém, considera que poderiam ser evitados ou pelo menos controlados se fossem mais frequentes as Patrulhas da GNR durante a noite, não só nestes locais, como em toda a região central da Vila. Concluiu deixando a recomendação de que cabe à Câmara Municipal o dever de garantir a manutenção dos espaços referidos em prol da saúde e bem-estar das crianças e alertar as autoridades para a sua intervenção mais assídua. -----

Marco Sequeira tomou a palavra e após a apresentação de cumprimentos a todos, felicitou o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** pela recente nomeação, enquanto membro efetivo, para o Comité das Regiões da União Europeia, e recordou, que é, também, Vice-Presidente da Mesa do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, pelo que traduz o reconhecimento do trabalho que tem vindo a ser realizado em prol do Concelho da Louçã e da região. Declarou que o Grupo Municipal do PS lhe endereça votos de um excelente trabalho e está certo que estará à altura do cargo a desempenhar. -----

Santinho Antunes usou da palavra começando por dar nota à **Senhora Presidente da Mesa** que não podia deixar de fazer referência do esforço que

o Grupo Municipal da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP está a fazer para cumprir os tempos de intervenção. Seguidamente, e ainda no seguimento da anterior sessão da assembleia, frisou o direito de oposição e, principalmente, o direito que a assembleia goza de ser informada regular e diretamente pelo **Senhor Presidente da Câmara** e restante Executivo, de todos os assuntos de interesse público e, sublinhou, sem necessidade de pedido prévio. Seguidamente referiu-se à má utilização das redes sociais, por parte da Câmara Municipal, porque constatou que a APIN foi "lançada" pelo Facebook do PS, ao invés de ser no Facebook ou no Portal do Município, relativamente a uma notícia de quatro empreitadas. Reiterou as palavras proferidas por **António José Gonçalves** no que concerne ao tamanho da letra do Boletim Municipal, onde as deliberações dos órgãos, executivo e deliberativo, estão em tamanho de letra ilegível e por esse motivo recomendou a publicações com letra perceptível.-----

Margarida Correia interveio começando por destacar o Boletim Informativo Municipal, considerando-o um documento importante, capaz de transmitir informação pertinente relativa à atuação do Executivo Municipal, que chega a um público que, eventualmente, não tem acesso a outras vias e, por outro lado, permite a *"desintoxicação de informação das redes sociais."* Relativamente à leitura das deliberações da Câmara Municipal, afirmou que as consegue ler perfeitamente, e que, eventualmente, as queixas serão pela quantidade de informação das deliberações tomadas, o que evidencia o exaustivo trabalho realizado por parte da autarquia. Saudou o município por esta iniciativa e por investir na informação e na comunicação aos munícipes. -

A Senhora Presidente da Mesa agradeceu o cumprimento dos timings adstritos a cada um dos grupos municipais e de seguida deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes e oportunos neste período antes da Ordem do Dia. -----



Ad
9
97

O **Senhor Presidente da Câmara** começou por informar que é interesse do município reforçar a resposta ao nível de creches no concelho. Atendendo à possibilidade de financiamento, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR, para ampliação ou criação de novas respostas de creches e, tendo em conta que a Santa Casa da Misericórdia da Lousã já tem esta resposta, competência e maturidade para submissão de candidatura, tem vindo a ser trabalhada esta questão em parceria com a Câmara Municipal. Adiantou que o processo, também, está a ser acompanhado pela Direção Regional de Segurança Social e Instituto de Segurança Social, por outro lado, a Câmara Municipal, tem vindo a fazer outras diligências, nomeadamente com o Agrupamento de Escolas da Lousã, no que diz respeito à reorganização da rede de jardins-de-infância. Deu nota que, neste momento, há capacidade de resposta no jardim-de-infância de Serpins, jardim-de-infância do Freixo, jardim-de-infância de Santa Rita e no jardim-de-infância das Fontainhas. Afirmou ser um trabalho que está a ser desenvolvido e que quando se concretizar esta ampliação da capacidade de resposta em creche da Santa Casa da Misericórdia da Lousã ao nível do jardim-de-infância, serão assegurados estes equipamentos de jardim-de-infância, antes referidos, assim como, os recursos humanos, as atividades de apoio da família e de tempos livres, que ao longo dos tempos têm sido ajustados. Sobre o horário da Biblioteca Municipal, informou que já era assim, anteriormente. A Câmara Municipal, em certos períodos do ano, em função das necessidades e do calendário escolar faz ajustamentos às necessidades e procura com a ampliação ou redução de horário. Sobre a desclassificação do troço, informou que o assunto será discutido mais à frente num ponto específico da ordem de trabalhos. No que diz respeito às bases de concessão disse ser uma introdução necessária para a implementação do Sistema de Mobilidade do Metro Bus. Quanto às questões do Rio Arunce, informou que a Câmara Municipal tem acompanhado alguns episódios que têm acontecido. Deu nota que a Câmara Municipal está a desenvolver o projeto de valorização da linha

de água com duas vertentes, uma é a regularização do leito e a recuperação de infraestruturas com taludes e açudes e outra de componente ambiental e de lazer. Sobre o cruzamento ao fundo da Rua Sacadura Cabral, tomou nota do alerta e disse que iria remeter aos serviços para verificação, muito embora não tenha conhecimento de nenhuma ocorrência no local. Relativamente à interrupção da Estrada Nacional 342 para a construção do viaduto, concordou que os trabalhos estão atrasados e informou de que no dia seguinte iria ter uma reunião com os responsáveis da obra. Disse ainda que não foi tão rápido quanto gostariam mas, ao nível da sinalização dos circuitos alternativos, o reforço, melhoria e impactos negativos de circulação nomeadamente, na freguesia das Gândaras, mais concretamente na zona das Fontainhas e Moita, melhorou com a redução de passagem de transportes alternativos, e com a diminuição com algum significado da carga naquelas zonas. Reiterou que a Câmara Municipal faz um investimento continuado e permanente ao nível da Educação, embora tenha consciência de que haverá sempre mais para fazer quer com a Escola Secundária, quer com outras. Reforçou a informação que tem vindo a prestar de que os quinhentos mil euros que foram transferidos para a empresa APIN terão o investimento necessário de acordo com os planos. A prioridade da APIN, neste momento, tendo em conta o POSEUR é a concretização dos projetos financiados por fundos comunitários e *"a seu tempo esses quinhentos mil euros serão traduzidos em obra conforme ficou escrito."* Sobre a máquina de grandes dimensões, propriedade do município e que está na Fábrica de Papel do Boque, afirmou que a sua retirada não é fácil, assim como o local para o qual terá que ser deslocada. Relativamente à nogueira, na Quinta da Nogueira e à alteração de loteamento, informou que a Câmara Municipal recebeu a comunicação e, neste momento, os serviços estão a compilar a informação para o devido tratamento. Fez uma referência ao programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa de implementação que contemplou a aquisição de equipamentos DAE, que irão ser instalados em escolas, pavilhões

desportivos, na Piscina Municipal, no Parque Municipal de Exposições e Edifício dos Paços do Concelho. Agradeceu a recomendação sobre o alargamento do horário da biblioteca, mas reiterou que já era prática este tipo de horários mais alargados. Associou-se ao reconhecimento feito às empresas do concelho. Quanto aos espaços de lazer mencionados informou que são mantidos de forma continuada e, ainda recentemente, foram alvo de manutenção e limpeza. O parque de lazer da Quinta de S. Pedro está adjudicado para intervenção que contempla a modificação do piso do parque infantil das crianças. No entanto, e atendendo a comportamentos impróprios, nem sempre é possível mantê-los de forma adequada, porque nem sempre é possível ter trabalhadores para executar esses trabalhos, especialmente aos fins-de-semana. Informou, também, que a Câmara Municipal já fez, várias vezes, diligências a solicitar o reforço efetivo do número de agentes do Posto da GNR da Lousã, mas, devido a variadas razões, até ao momento, ainda não foi concretizado. Disse que, também, a Câmara Municipal gostaria de ver mais força policial da GNR nas ruas, tanto de noite como durante o dia.-----

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira – (doc. nº 3 (três)).-----

INSCRIÇÕES: Paulo Simões, Sérgio Pedroso, Pedro Santos, Maria Fernanda Franca, Margarida Correia, António José Gonçalves, Joel Fernandes e Susana Barata. -----

Paulo Simões, citando: “Relativamente a este ponto queria falar sobre o Centro de Saúde da Lousã e Extensão de Saúde de Serpins. O Executivo da Junta Freguesia de Serpins, juntamente com o **Senhor Presidente da Câmara** e restante Executivo, temos feito tudo o que está ao nosso alcance na luta por melhores serviços no Centro de Saúde da Lousã e pela reabertura da extensão



de saúde de Serpins. Temos feito vários contatos pessoais, trocado correspondência com as entidades competentes, nesta matéria, e como todos devem saber, a situação do Centro de Saúde da Lousã e da Extensão de Saúde de Serpins, é uma situação que não depende do **Presidente da Junta**, nem do **Presidente da Câmara**, contudo, temos feito tudo o que está ao nosso alcance e não descansaremos enquanto esta situação não esteja resolvida. Os lousanenses, neste caso em particular, os serpinenses, estejam descansados porque o que depender de nós, a situação será resolvida. Se dependesse de nós, já estava resolvida há muito tempo. Para nós, é um assunto sério ao contrário do que alguns queiram dizer aqui nesta assembleia. Estamos preocupados, sim, muito preocupados com a falta de médico de família, com a dificuldade em obtenção de receitas e na marcação de consultas, em todos os serviços. É verdade, estamos preocupados, não estamos parados, e no caso de Serpins, estamos a preparar uma resposta: Centro de Saúde, Junta de Freguesia e com a colaboração da Câmara Municipal para podermos ajudar a minimizar as dificuldades neste caso em particular dos serpinenses para podermos fazer aqui uma articulação direta entre o serviço prestado pelo Centro de Saúde e a Junta de Freguesia. Neste caso, poder através do seu balcão de atendimento diário, prestar aqui alguns serviços. Não estamos descansados mesmo assim, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance e, continuaremos a lutar para que o Centro de Saúde da Lousã funcione em condições ou funcione melhor e pela abertura dos serviços de saúde em Serpins."-----

Sérgio Pedroso usou da palavra e disse, citando: "Quero antes de mais dar os meus parabéns às Juntas de Freguesia do Concelho, pela sua união no que ao projeto "Juntas Por uma Causa" diz respeito. Na minha opinião sempre achei que trabalhando em união e em colaboração umas com as outras conseguirão atingir mais facilmente os seus objetivos. Lá diz a música - Juntos Somos mais Fortes! Quero aproveitar, também, para pedir as minhas desculpas pois aquando da última Assembleia Municipal, antes das Eleições Autárquicas,

critiquei duramente o Executivo por afirmar que se estavam a fazer obras por se estar a chegar à altura de Eleições, mas o que tenho visto, é que o Executivo continua a levar a cabo obras nos mais diversos locais e, por isso, não posso deixar de elogiar o Executivo, pois, também, o critico quando acho que o tenho de criticar. Sei que muitas destas obras estavam para ser executadas antes das eleições e por várias razões não o foram e portanto dou, novamente, os meus parabéns por não as terem cancelado! Espero é, que ao longo destes mais três anos e meio de legislatura se possa continuar a ver tanto empenho e obra como nestes últimos meses. Em relação à alternativa à Estrada da Beira, queria perguntar ao **Senhor Presidente** em que situação se encontra, queria perguntar porque lendo uma notícia há dias, pareceu-me que os nossos vizinhos de Vila Nova de Poiares estão já com uma alternativa, mas, para ligar Vila Nova de Poiares ao IP3. Será que iremos ter primeiro uma alternativa a ligar Vila Nova de Poiares ao IP3, e, só depois, a verdadeira alternativa a Coimbra? Será que mais uma vez, a Louçã terá de esperar? Ou será mais uma alternativa à distância de 10/15 quilómetros, porque à distância de 25/30, já ela está! **Senhor Presidente**, pelo que percebi dos quinhentos mil euros emprestados à APIN, ainda não estão a ser usados? Serão usados aquando da realização de alguma obra específica? Então não estavam melhor empregues na posse da Autarquia, nem que fosse a render juros no Banco?"-----

Pedro Santos citando: "relativamente à reunião do Centro de Saúde e sabendo de antemão que a responsabilidade da gestão dos serviços de saúde, em primeira instância, compete, ainda, à Administração Regional de Saúde - ARS e ao Ministério da Saúde, deixo, no entanto, aqui uma questão, quais as diligências efetuadas, os esforços efetuados, por parte do Executivo junto de quem tem a responsabilidade, em primeira instância, de resolver os problemas dos lousanenses relativamente aos cuidados de saúde?"-----

Maria Fernanda Franca depois de apresentar cumprimentos a todos referindo-se à informação sobre a atividade municipal, no ponto relativo à situação dos



projetos, empreitadas e candidaturas no âmbito do POSEUR, disse que este Programa Operacional foi criado através da decisão de execução da Comunidade Europeia com o intuito de operacionalizar a estratégia 2020, e é contemplado por fundos europeus estruturais e de investimento. Assim, no ponto – “Controlo/erradicação de flora exótica invasora para conservação de habitats e espécies da mata do Sobral – em execução e Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais – em execução”, deu nota que existe uma grande quantidade de projetos cujas candidaturas poderiam e deveriam ser efetuadas pelo Executivo Municipal nomeadamente, a eficiência energética dos edifícios públicos, atendendo ao preço da energia, o reforço de competitividade, transportes sustentáveis, inclusão social, investimento na educação e formação profissional, sustentabilidade, entre muitos outros. Parabenizou o **Senhor Presidente da Câmara** pelo início das candidaturas e projetos mencionados, e pela adesão ao BUPi – balcão único do prédio, plataforma dirigida aos proprietários de prédios rústicos e mistos que permite mapear, entender e valorizar o território português, neste caso, do concelho, de forma simples e gratuita e que deverá ser, amplamente, divulgado através das freguesias. Disse que esta ferramenta é extremamente importante porque o mundo rural tem muitos minifúndios, ou seja, a propriedade é muito retalhada. Encorajou a Câmara Municipal a fazer mais e melhor, porque o que até agora foi feito nas espécies invasoras “é uma gota de água.” Disse que as plantas invasoras estão sem controlo no Concelho da Lousã, acreditando que tenha havido intervenções, embora ainda não sejam evidentes, como todos anseiam. Estas espécies necessitam de intervenções contínuas, não podem ser esporádica dada a sua invasão desmedida. A concluir, sensibilizou o Executivo Municipal para a necessidade de haver operações de intervenção criando uma task force com a presença da Aflopinhal, um Gabinete Florestal com técnico credenciado, Associações de Compartes e de Baldios, Sapadores Florestais, com uma equipa específica para estas ações, organismos oficiais que prontamente prestarão

colaboração, como por exemplo, a Universidade de Coimbra, a Escola Superior Agrária de Coimbra e empresas de formação na área. -----

Margarida Correia relativamente à informação escrita destacou a assinatura dos autos de consignação das obras de abastecimento de água e saneamento a realizar pela APIN. Referiu que estas empreitadas a realizar no concelho representam um investimento total de cerca de 467 mil euros (quatrocentos e sessenta e sete mil euros) e os trabalhos estão identificados nos lugares da Póvoa, rede de saneamento, nos lugares das Fontainhas, Casal de S. Miguel e Quatro Águas, a conduta da água e nas Ruas Padre Manuel Peixoto, Rua Joaquim José dos Santos e Rua João Pedro Tomás Pipa. Disse que estes investimentos robustos são a concretização da estratégia delineada aquando da constituição da APIN e consubstanciam uma melhoria no serviço de abastecimento das águas e a drenagem das águas residuais e pluviais. Afirmou que este investimento é muito importante e só é possível fazê-lo através da constituição desta empresa. Disse, ainda, que paralelamente, também, consta da informação uma referência a uma visita à torre ao Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais, no Município da Louçã, que pela sua importância, merece destaque o projeto da CIM-RC. Disse que as torres permitem dar suporte à decisão, visto que é um sistema moderno que permite quer a deteção humana, quer uma deteção automática. Concluiu dizendo que a implementação deste projeto é um momento significativo relativamente à criação das condições de preservação de um dos principais patrimónios, no caso património ambiental, naquilo que diz respeito à mancha florestal. -----

António José Gonçalves interveio dizendo que não entende o que o **Senhor Presidente da Câmara** diz e afirmou, veementemente, não voltar a questioná-lo com assuntos da Fábrica de Papel do Boque, bem como em relação à urbanização da Quinta das Nogueiras, porque ficou exatamente na mesma, ou seja, não foi devidamente esclarecido. Relativamente à informação escrita chamou a atenção para os sinais de trânsito que tem vindo, recorrentemente,

a dar nota, e reiterou o perigo das redes sociais, porque como todos souberam houve um acidente que destruiu parte dos passadiços ao qual a Câmara Municipal se apressou a dizer que era vandalismo. Insurgiu-se com o facto de se confundir vandalismo com um acidente automóvel. Relatou que, citando: *"existiu uma precipitação derivado aos perigos das redes sociais"*, e que continua sem resposta relativamente às deformações que existem em todo o traçado, nomeadamente, cerca de cem metros que continuam cortados à circulação. Relativamente a umas obras que irão ser colocadas em curso na Zona da Lagartixa, perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se tem a ver com as deformações que apareceram em 1989, dado que o havia questionado sobre isso e que, na altura, lhe respondeu que iria ficar assim. A concluir, questionou o carácter da visita que fez ao Dubai, bem como as mais-valias daí decorrentes para o Concelho da Lousã.-----

Joel Fernandes, em nome do Grupo Municipal do PS deu as boas-vindas a **Maria Fernanda da Franca**, hoje empossada pelo Grupo Municipal da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP. Agradeceu a sua primeira intervenção por ter sido muito construtiva e pela positiva. Agradeceu, também, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins e ao Senhor Presidente da Direção do Rancho Folclórico Flores de Serpins pelo acolhimento e cedência de instalações. Fez ainda uma referência ao período da pandemia e ao processo de vacinação ainda em curso. Apelou para que todos quantos estavam a ouvir e que ainda não foram vacinados o fizessem, em segurança, porque os serviços, ainda, se encontram disponíveis para o efeito. A concluir, referiu-se às acessibilidades rodoviárias e a uma alternativa à Estrada da Beira com ligação ao IP 3 que o PS da Lousã continua a defender e a instar o Executivo Municipal a desenvolver todas as diligências. Deu nota de que o Executivo Municipal, se solidarizou com a deliberação da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - CIM-RC para que diligencie junto do Governo para a obtenção de um compromisso escrito que defina fontes de financiamento adicionais para os restantes troços e a necessidade de uma

solução que concretize uma melhoria efetiva na circulação rodoviária uma vez que se trata de um projeto de grande relevância para o concelho e região.-----

Susana Barata interveio começando por afirmar que era a primeira vez que usava da palavra e que o faz com muito gosto. Apresentou cumprimentos a todos e questionou o **Senhor Presidente da Câmara** acerca das obras do cineteatro, nomeadamente se já há data programada com vista à conclusão da intervenção e se, decorrido este tempo, os valores do investimento se mantêm inalteráveis. No seu entendimento, a Lousã merece ter condições para receber, novamente, a cultura.-----

A Senhora Presidente da Mesa agradeceu a todos as diversas intervenções e passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**.-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por se referir à intervenção do **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins** e frisou que a questão tem a ver com a Unidade de Saúde Trevim Sol, adiante designada por USF Trevim Sol, e não com os Cuidados de Saúde Primários. Realçou que a USF Trevim Sol que incorpora a extensão de Saúde de Serpins, é que apresenta debilidades, neste momento. Deu nota que o número de médicos nesta Unidade não é suficiente para garantir o normal funcionamento da sede e por isso, é inviável colocar em funcionamento, nestas circunstâncias, a extensão de Saúde de Serpins. Conforme tem dito, as diligências têm sido muitas, contudo, também, tem havido algumas melhorias, todavia, disse que há situações que não são de fácil resolução. Neste momento, a USF Trevim Sol está a funcionar com dois médicos. Entretanto, está a decorrer um concurso para suprir as vagas em falta. Reiterou que a Junta de Freguesia de Serpins tem estado ativa em busca de encontrar soluções para os serpinenses com a intermediação de alguns serviços que possam ser garantidos através dos seus serviços, mas, neste momento, ainda não é possível concretizar. Entretanto a Câmara Municipal e as outras Juntas de Freguesia, para além de Serpins, têm estado preocupadas



com esta situação e feito diligências. Esclareceu que a responsabilidade hierárquica com atribuições e competências próprias começa no ACES, Coordenação da USF e ARS. Informou que houve a procura de médicos a título extraordinário além deste regime de concurso, mas não foi possível mobilizar estes médicos para prestarem serviço na USF Trevim Sol. Sublinhou que a Câmara Municipal continua a desenvolver esforços no sentido de se encontrarem soluções que permitam mitigar estas necessidades. Disse que a Câmara Municipal vai procurar continuar a executar obra, em projetos de acordo com o programa. Relativamente à EN 17, informou que a alternativa é o título do estudo projeto que está a ser desenvolvido e é a principal prioridade, no entanto, o projeto englobava outra situação que considera importante para o Concelho da Lousã e região que é a melhoria da ligação ao IP3. Esclareceu que atendendo à verba disponível, neste momento, a intervenção vai avançar a partir da Ponte Velha permitindo melhoria da ligação ao IP3, isto não significa que o resto tenha ficado esquecido, acontece, porém, que a alternativa à estrada da Beira, é um objetivo que tem um orçamento previsional bastante mais elevado e não coube nesta disponibilidade imediata. Relativamente à verba que foi acordada entre os municípios transferirem para a APIN, informou que é para realização de investimentos. Sobre os projetos POSEUR, disse que é sempre possível fazer melhor. Informou que para além do investimento de mais de quatrocentos mil euros, na Mata do Sobral em parceria com a Junta de Freguesia de Serpins, já é visível o trabalho no terreno. Deu nota de que há outra perspetiva de trabalho para a Serra da Lousã cujo projeto se designa por área integrada de gestão de paisagem, com novecentos hectares, cujos objetivos são vários, destacando a alteração e substituição das espécies. Informou que há uma reivindicação dos municípios que têm área territorial na Serra da Lousã – área integrada de gestão de paisagem ao ICNF, a fim de que este permita uma intervenção mais substantiva, neste momento, aguarda-se que este Instituto dê passos mais efetivos e que complementem com as suas áreas de

intervenção. Este projeto de apresentação de candidatura para outras áreas integradas da gestão da paisagem tem vindo a ser trabalhado conjuntamente com as Juntas de Freguesia do Concelho. Sobre o BUPi, afirmou ser um serviço importante e aproveitou a referência de **Maria Fernanda da Franca** para apelar a todos a incentivarem as pessoas a dirigirem-se ao balcão que funciona no edifício municipal onde estão, entre outras entidades, a Dueceira, e fazer ali os registos das suas propriedades. Adiantou que este balcão terá itinerância pelas freguesias, a fim de permitir maior proximidade ao local onde funciona e facilitar o acesso às pessoas que possam ter maior dificuldade ao local onde funciona em permanência. Sobre a videovigilância, realçou a pertinência deste projeto, no âmbito da CIM-RC, com implementação no Concelho da Louçã. Relativamente à estrada da Senhora da Piedade, e conforme tem dito em outras intervenções, as situações têm sido articuladas entre a Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal e o ITCONS que foi a entidade contratada para executar a peritagem e, dentro em breve, será agendada a reunião no sentido de auscultar e verificar as diferentes possibilidades que estão em apreço de intervenção no espaço identificado. Quanto ao cineteatro da Louçã, informou que ainda não dispõe de data da conclusão das obras, porque só após a instalação da cobertura metálica é que será possível definir a conclusão dos trabalhos.-----

António José Gonçalves interpelou para dizer que **o Senhor Presidente** não se pronunciou em relação às obras na Lagartixa. -----

O Senhor Presidente informou que não tem nada de novo a informar, nem está previsto, no imediato, nenhuma intervenção naquele troço. Sobre a deslocação ao Dubai, informou que participou numa comitiva da CIM-RC com vários objetivos para além dos contactos e da apresentação da região, em termos da oferta turística em cada um dos concelhos. Foram realizadas sessões de apresentação e reuniões bilaterais entre diferentes empresários e investidores relativamente a possibilidades de investimento de empresas ou

entidades sediadas no Dubai. Deu nota de que houve contactos quer na área turística, quer na área do imobiliário e, também, na área empresarial. Concluiu a informação prestada sublinhando que a visita foi coordenada pela AICEP.---

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

2 – Designação de um cidadão eleitor para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJL.-----

A Senhora Presidente da Mesa relativamente a esta matéria fez o enquadramento da proposta da Mesa Informando que a Assembleia Municipal tem que designar um cidadão eleitoral, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ da Louçã, em virtude de a comissária Fernanda Maria Silva Brito, designada em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em vinte e oito de setembro do ano de dois mil e dezasseis, ter interrompido o seu mandato por motivos devidamente justificados. Assim, a proposta da Mesa é a designação da cidadã eleitora Ana Filipa Alves Matos Marques, uma vez que tem um percurso nesta área interessante, já com bastante experiência nas questões relacionadas com a proteção de crianças e jovens. Disse ainda que esta proposta assenta no seu percurso pessoal e profissional e está subjacente em nota biográfica que leu em voz alta, que por razões de proteção de dados no âmbito do RGPD se dá por integralmente reproduzida, ficando arquivada em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 4 (quatro)).-----

INSCRIÇÕES: Santinho Antunes. -----

Santinho Antunes tomou a palavra para afirmar, citando: "como é do conhecimento da **Senhora Presidente da Mesa**, apenas foi feito chegar ao Grupo Municipal *É Hora de Mudar*" PPD/PSD.CDS/PP de forma informal e por conversa telefónica, o nome. É evidente que o Grupo Municipal *"É Hora de Mudar"* vai votar a favor, porque queremos o melhor para a CPCJL, mas não podemos deixar de evidenciar que até ao momento não nos chegou qualquer escrito sobre a nomeação ou apresentação."-----

Colocada à votação a designação da cidadã eleitoral Ana Filipa Alves Matos Marques, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ da Louçã, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis de vinte e quatro elementos da Assembleia Municipal. Ana Filipa Marques não participou na discussão e votação deste assunto, encontrando-se ausente da sala. -----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

3 - Apreciação e votação da proposta das condições do seguro de acidentes pessoais dos Membros da Assembleia Municipal – (doc. nº 5 (cinco)).-----

A Senhora Presidente da Mesa fez o enquadramento global dizendo que existe a necessidade, em consequência da tomada de posse dos novos membros da AM para o quadriénio 2021-2025, da Assembleia Municipal deliberar sobre o seguro de acidentes pessoais dos membros deste órgão deliberativo. O seguro em causa destina-se a cobrir os riscos inerentes à atividade de autarca, nomeadamente, representação em atos públicos dentro e fora do país e deslocações para reuniões e sessões. As coberturas e os capitais seguros indicados na proposta são os previstos na apólice de seguros de acidentes pessoais dos autarcas atualmente em vigor. -----

INSCRIÇÕES: Não houve. -----

Colocada à votação a proposta das condições do seguro de acidentes pessoais dos Membros da Assembleia Municipal, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis de todos os membros. -----

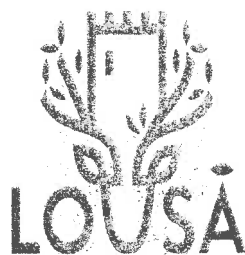
PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

4 - Apreciação e votação do projeto da Estratégia Local da Habitação (ELH) – (doc. nº 6 – (seis)).-----

INSCRIÇÕES: Santinho Antunes e Nelson Lopes. -----

Santinho Antunes usou da palavra relativamente à Estratégia Local de Habitação e sendo ela um requisito obrigatório para acesso ao "primeiro direito" perguntou se irá ser conjugado com mais algum programa municipal que seja mais abrangente, que apenas o acesso a este. Questionou, ainda, qual a incidência, que este projeto poderá ter, dada a grande dificuldade que a Lousã tem ao nível do arrendamento. -----

Nelson Lopes interveio dando nota que foi criado um programa público de acesso à habitação designado por "primeiro direito" que visa apoiar o acesso a uma habitação adequada a pessoas que vivem em situações indignas e que não dispõem de condições financeiras para aceder, por si só, a uma habitação adequada. Assim, cabe aos municípios proceder ao diagnóstico das situações habitacionais existentes nos seus territórios e definirem a estratégia local em matéria de habitação. Desta forma, a estratégia local da habitação do Município da Lousã, encontra-se agora finalizada e apresenta-se como um instrumento fundamental no qual é efetuado um diagnóstico da situação atual e indicadas as soluções habitacionais a desenvolver no concelho, a sua ordem de prioridades e a articulação com os princípios do programa. Da análise efetuada entende que se trata de um documento bastante ambicioso, mas, orientador e uma base essencial de suporte à elaboração de possíveis candidaturas do município ao programa do "primeiro direito" que poderão criar as necessárias condições para possibilitar às pessoas o acesso à habitação. Disse, ainda, que é um documento alinhado com os três grandes pilares da estratégia nacional da habitação, onde se destaca a prioridade na reabilitação urbana seguida pelo município no concelho através de medidas de apoio aos munícipes através de benefícios fiscais e outros. Fez, no entanto, uma referência aos constrangimentos provocados pela pandemia e aumento de preços no setor da construção civil que poderão levar a alguns proprietários e condomínios a adiar ou desistir de investimentos na reabilitação dos seus imóveis. Dada a procura de imóveis, provocada pela implementação do Sistema de Mobilidade do Mondego em



curso, disse que poderá ser oportuno, deixando esta sugestão ao Executivo, dentro das limitações orçamentais do município, avaliar uma eventual atualização dos valores dos apoios financeiros designadamente, o apoio à pintura de fachadas, bem como reforçar as ações de divulgação à comunidade dos incentivos existentes e das medidas nacionais que vão surgindo no âmbito da habitação. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que o documento não se restringe apenas ao programa "primeiro direito", é mais amplo, na medida em que contempla o arrendamento e o arrendamento acessível. Relativamente ao arrendamento acessível e pelas características do concelho, informou que este assunto está a ser trabalhado pela CIM-RC para permitir respostas específicas e legais. Concordou com o facto de ser considerado um documento ambicioso e, por outro lado, a possibilidade que permite para submissão a candidaturas de fundos europeus, que é determinante para uma concretização expressiva. Disse tomar como boa nota as sugestões apresentadas por **Nelson Lopes**.-----

Colocado à votação o projeto da Estratégia Local da Habitação (ELH), foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis de todos os membros.-----

A Senhora Presidente da Mesa dando continuidade ao trabalhos deu nota de uma série de pontos que estão todos relacionados, ou seja, os pontos 5 a 16, inclusive, que dizem respeito a: delegação de competências municipais; autos de transferência de recursos para as freguesias; e manutenção no âmbito de intervenção do município de parte das competências a transferir para as freguesias, pelo que a **Mesa**, por uma questão de gestão de tempo, entendeu propor, uma vez que todos estes pontos estão relacionados e de alguma forma integrados uns nos outros, que se fizessem intervenções globais abordando estas temáticas, e depois, no final das intervenções, a votação individual correspondente a cada ponto.-----

INSCRIÇÕES: Santinho Antunes, Nelson Lopes, Paulo Simões e Helena Correia. --

Santinho Antunes tomou a palavra começando por se referir à apreciação e votação da delegação de competências, citando: *"tenho a certeza que a mesma será explicada seguidamente pelos Presidentes de Juntas e pelo Executivo. É evidente quando a mesma resulta da negociação entre ambos devem os mesmos, depois, explicar como é que chegaram aos valores que aqui assumem e para as finalidades que assumem. Outro esclarecimento que julgo necessário, é esta transferência de recursos humanos e materiais como é que será qualificada e como é que será garantida, ou seja, estamos a falar de recursos humanos da Câmara Municipal, estamos a falar de recursos materiais, novos, velhos e usados, era aquilo que pretendia saber."* -----

Nelson Lopes interveio fazendo a abordagem geral que inclui todos os assuntos relacionados com os pontos 5 a 16 e que dizem respeito às Juntas de Freguesia. Deu nota de que com a instalação dos órgãos das autarquias locais: município e freguesias, ocorrido no passado mês de outubro, o Município inicia um processo de negociação com as quatro Juntas de Freguesia e delegou algumas competências que se encontram devidamente definidas nos contratos Interadministrativos, onde estão definidas as delegações de competências atempadamente negociadas com cada uma das Juntas de Freguesia que dizem respeito, essencialmente, à execução de vários investimentos identificados para cada freguesia e que apresentam a estimativa orçamental. O município, além de disponibilizar apoio técnico e equipamentos compromete-se a transferir, anualmente, para as Juntas de Freguesia um montante total de duzentos e vinte e quatro mil euros. Referiu que a opção de delegação de algumas competências permite por força da proximidade às populações melhoria dos serviços prestados às comunidades e reforço da coesão do território. Recordou que em dois mil e dezanove, foi iniciado o processo negocial de algumas competências e recursos entre o Município da Lousã e as freguesias que culminou com a celebração de autos de transferência de recursos com a União de Freguesias de Foz de Arouce e



Casal de Ermio, da Freguesia das Gândaras e com a Freguesia de Serpins. Disse que nessa fase não foi possível concluir o processo de transferência de competências com a União da Freguesia de Louçã e Vilarinho, atendendo à dimensão e características do território, pelo que foi necessária uma maior reflexão e um estudo mais aprofundado sobre os meios necessários para o bom exercício das competências a transferir. Entretanto, os novos órgãos executivos das freguesias que tomaram posse no seguimento do ato eleitoral de setembro do ano de dois mil e vinte e um, iniciaram novas negociações que culminaram em acordo com todas as freguesias para a transferência de competências e que representam uma verba anual de cento e setenta e seis mil euros, a que se soma o montante total de duzentos e vinte e quatro mil euros por ano, referente aos contratos Interadministrativos referidos. Disse que o processo de transferência de competências, além de assegurar uma maior coesão territorial e reforçar a autonomia das Juntas de Freguesia, fomenta, também, o seu papel de agentes de políticas de proximidade, uma vez que estão mais próximos das populações e conhecem, com mais detalhe e rigor, a realidade no terreno. Apesar de a regra ser do município transferir para a Juntas de Freguesia todas as competências previstas nos números 1 e 2 do decreto-lei 57/2019, o número 3 do mesmo artigo permite que esta assembleia, sobre Proposta da Câmara Municipal, delibere no sentido de manter no âmbito de intervenção do município todas ou parte das competências previstas no número. Afirmou que faz todo o sentido a transferência de competências para as freguesias, todavia, em algumas freguesias, não têm qualquer âmbito de aplicação, como por exemplo as competências relativas aos mercados e feiras da União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, uma vez que nesta freguesia não existem mercados nem feiras. Outras, por serem de natureza técnica importa continuarem a ser asseguradas pelo município. Posto isto, afirmou que, no seu entendimento, devem ser aprovadas as propostas de delegação de competências, transferências e algumas competências e a manutenção do âmbito da intervenção do município.-----

Paulo Simões usou da palavra para dar nota de que os valores nunca serão o que os Presidentes de Junta desejam, mas isso significa que existe ambição. Afirmou que o **Senhor Presidente da Câmara** e restante executivo está a cumprir com o prometido aos lousanenses, a aumentar as transferências para as Juntas de Freguesia, mesmo num ano muito difícil onde tudo encareceu mas, também, com consciência que fazem todo o esforço conjunto numa perspetiva para que nos próximos anos venha a existir o reforço das verbas. Frisou que é esse o compromisso e que acredita nele. Afirmou, ainda, que o novo executivo da **Junta de Freguesia de Serpins** tem trabalhado, conjuntamente, com a Câmara Municipal a fim de poderem responder, cada vez mais e melhor, às necessidades das populações. Disse que há articulação, debate de ideias e projetos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, sempre com o objetivo de melhorar a vida das pessoas e mencionou as várias partilhas designadamente, a cedência de máquinas e pessoal, situações de sinalização, encaminhamento de águas pluviais, arranjo de caminhos, iluminação pública, melhoramento da via pública, limpeza de valetas, arranjo das estradas florestais, entre outras. Afirmou que tem sido um privilégio fazer parte desta equipa de trabalho entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal. Agradeceu todo o apoio que tem sido prestado pelo Executivo Municipal com a convicção que continuarão a trabalhar em conjunto por um concelho cada vez melhor, num esforço mútuo onde as freguesias saíram melhoradas. -----

Helena Correia usou da palavra dizendo que se pronunciava, na generalidade, e sobre a atividade das Juntas de Freguesia, mais concretamente, à Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho. Começou por dizer que o processo de descentralização de competências nas freguesias dá mais um passo e chega à assembleia para aprovação do auto de transferências. Afirmou não ser um fim de processo, mas apenas mais uma fase de um caminho que todos têm que percorrer e que tem sido árduo, porque os baixos níveis de financiamento das autarquias levam à existência de resistências em



aceitar transferir para as freguesias competências que estas já executam pelo facto de significar redução do orçamento dos municípios. A opção de um processo de negociação aberto e total significa que foram criadas condições para servir melhor os cidadãos e permite melhorar, com o fim de fazer mais e melhor. Os documentos agora apresentados para apreciação e votação da assembleia nos pontos relativos à relação da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, são resultado de trabalho contínuo e sustentado entre as autarquias. Os desafios que se colocam na execução das obras que se propõe realizar pelo contrato Interadministrativo obrigam a uma noção clara da gestão que se pretende, baseada no conhecimento do território, mas, também, tendo em conta que as Juntas de Freguesia têm atribuições e orçamentos próprios, esta execução depende do valor acordado com a Câmara Municipal, mas, na opção por contratação de serviços ou com o recurso a meios próprios, de qualquer forma estará para salvaguardar a boa execução do serviço público. Afirmou que tudo continuarão a fazer para responder o mais eficaz possível aos desafios do dia-a-dia. Do mesmo modo a transferência de recursos referente à transferência de competências exigiu trabalho conjunto e preparação por parte da Junta de Freguesia, porque a par com o desempenho tradicional de algumas das competências, agora transferidas, assumem funções novas e que representam outros desafios. Deu nota que os valores transferidos do Executivo Municipal foram reforçados e o apoio em máquinas e equipamentos foi reequacionado de modo a responder de forma mais célere e eficaz. Deu conhecimento que os documentos foram aprovados em assembleia de freguesia com os votos do PS e do BE. Em relação à manutenção de competências no âmbito da intervenção do município, a Junta de Freguesia de Louçã e Vilarinho, pela especificidade do território, nomeadamente pela área urbana que constitui a sede da Junta de Freguesia, aceitou a proposta da Câmara Municipal de manutenção e de algumas competências. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e referindo-se aos valores que foram encontrados e se consideraram possíveis, disse que resultaram da negociação com as Juntas de Freguesia e foram adaptados às diferentes situações e especificidades de cada uma das Juntas de Freguesia. Em termos de transferência de recursos humanos da autarquia para as Juntas de Freguesia, informou que não está contemplada neste âmbito de transferências. Sublinhou que este processo é contínuo e é intenção da Câmara Municipal continuar, gradualmente, a reforçar os meios financeiros e outros à disposição das Juntas de Freguesias no sentido de lhes dar mais meios para responderem de forma eficaz e eficiente às diferentes questões que têm no âmbito da sua intervenção. Relativamente à definição de recursos financeiros e outros, disse que é perspetiva do Executivo Municipal melhorar através de modelos de trabalhos e formas de aferição de montantes mais adaptados.-----

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

5 - Apreciação e votação da delegação de competências municipais na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio – (doc. nº 7 (sete)).-----

Colocada à votação a apreciação e votação da delegação de competências municipais na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos favoráveis do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP.-----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

6 - Apreciação e votação da delegação de competências municipais na Freguesia das Gândaras – (doc. nº 8 (oito)).-----



117

Colocada à votação a delegação de competências municipais na Freguesia das Gândaras, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP.-----

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

7 - Apreciação e votação da delegação de competências municipais na União de Freguesias de Lousã e Vilarinho – (doc. nº 9 (nove)).-----

Colocada à votação a delegação de competências municipais na União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP.-----

PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

8 - Apreciação e votação da delegação de competências municipais na Freguesia de Serpins – (doc. nº 10 (dez)).-----

Colocada à votação a delegação de competências municipais na Freguesia de Serpins, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP.-----

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

9 - Apreciação e votação da Alteração do Auto de Transferência de Recursos celebrado com a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio em 01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril – (doc. nº 11 (onze)).-----

Colocada à votação a alteração do Auto de Transferência de Recursos celebrado com a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio em 01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº



57/2019, de 30 de abril, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP.-----

PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

10 - Apreciação e votação da proposta de Alteração do Auto de Transferência de Recursos celebrado com a Freguesia das Gândaras em 01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril – (doc. nº 12 (doze)).-----

Colocada à votação a alteração do Auto de Transferência de Recursos celebrado com a Freguesia das Gândaras em 01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP.-----

PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

11 - Apreciação e votação da proposta dos recursos a transferir para a União de Freguesias de Lousã e Vilarinho (Auto de Transferência de Recursos) ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril – (doc. nº 13 (treze)).-----

Colocada à votação a proposta dos recursos a transferir para a União de Freguesias de Lousã e Vilarinho (Auto de Transferência de Recursos) ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP.-----

PONTO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----



12 - Apreciação e votação da proposta de Alteração do Auto de Transferência de Recursos celebrado com a Freguesia de Serpins em 01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril – (doc. nº 14 (catorze)).-----

Colocada à votação a proposta de Alteração do Auto de Transferência de Recursos celebrado com a Freguesia de Serpins em 01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP.-----

PONTO TREZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

13 - Apreciação e votação, relativamente à União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril – (doc. nº 15 (quinze)).-----

Colocada à votação a proposta relativamente à União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP. -----

PONTO CATORZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

14 - Apreciação e votação, relativamente à Freguesia das Gândaras, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril – (doc. nº 16 (dezasseis)).-----



Colocada à votação a proposta relativamente à Freguesia das Gândaras, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP. -----

PONTO QUINZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

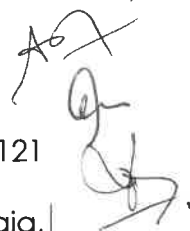
15 - Apreciação e votação, relativamente à União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril – (doc. nº 17 (dezassete)).-----

Colocada à votação a proposta relativamente à União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP. -----

PONTO DEZASSEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

16 - Apreciação e votação, relativamente à Freguesia de Serpins, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril – (doc. nº 18 (dezoito)). -----

Colocada à votação a proposta relativamente à Freguesia de Serpins, manter no âmbito de intervenção do Município parte das competências a transferir para a referida freguesia e previstas no Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP.-----



A Senhora Presidente da Mesa, usando a mesma metodologia e estratégia, propôs que os pontos números dezassete, dezoito e dezanove, tivessem uma intervenção global uma vez que estão todos relacionados e, depois, fossem votados individualmente. -----

INSCRIÇÕES: Não houve. -----

PONTO DEZASSETTE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

17 - Apreciação e votação da Proposta da 1ª Alteração do Mapa de Pessoal do ano de 2022 – (doc. nº 19 (dezanove)). -----

Colocada à votação a 1ª Alteração do Mapa de Pessoal do ano de 2022, foi aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e 9 (nove) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP e BE. -----

PONTO DEZOITO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

18 - Apreciação e votação da autorização de abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2º grau - Chefe de Divisão - para a Divisão de Desenvolvimento Social e Económico – (doc. nº 20 (vinte)). -----

Colocada à votação a autorização de abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2º grau - Chefe de Divisão - para a Divisão de Desenvolvimento Social e Económico, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos a favor do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP. -----

PONTO DEZANOVE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

19 - Apreciação e votação da proposta de alteração das deliberações da Câmara Municipal de 20.04.2020 e da Assembleia Municipal de 13.05.2020, relativamente à autorização concedida para abertura de procedimento

concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2º grau - Chefe de Divisão - para a Divisão Financeira – (doc. nº 21 (vinte e um)). -----

Colocada à votação a proposta de alteração das deliberações da Câmara Municipal de 20.04.2020 e da Assembleia Municipal de 13.05.2020, relativamente à autorização concedida para abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2º grau - Chefe de Divisão - para a Divisão Financeira, foi aprovado por maioria com 17 (dezassete) votos a favor do PS e BE e 8 (oito) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP.

PONTO VINTE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

20 - Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano do ano de 2022 – (doc. nº 22 (vinte e dois)). -----

INSCRIÇÕES: Sérgio Pedroso e Luis Martins. -----

Sérgio Pedroso usou da palavra para questionar o **Senhor Presidente da Câmara**, citando: " neste ponto, só vimos perguntar o porquê da anulação de um milhão de euros previstos retirar ao saldo de gerência por transferência para Outras receitas de Capital e Outras Receitas Correntes que no orçamento apresentado na Assembleia Municipal realizada em quinze de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, foi aprovado. Será que na altura o Executivo estava a precaver-se, demasiadamente, com o que às delegações de competências diz respeito? E, como não sabemos perguntamos, será que vai ter de ser o dinheiro amealhado pelo Executivo, à custa dos Lousanenses, que serão financiadas essas delegações de competências? (fim de citação). -

Luis Martins interveio dizendo que tendo como base os documentos que foram remetidos e que estavam a apreciar na 1ª Revisão ao orçamento que se fundamenta, essencialmente, com o reforço do saldo de gerência anterior, por contra partida da anulação das estimativas ao orçamento inicial, nas rubricas de obras Receitas Correntes e, também nas rubricas de Outras Receitas de Capital. Disse que se deve, também, à inclusão de valores no

saldo de gerência consignado de programas que estariam elencados em rubricas, como adiantamentos ou que à data da aprovação do orçamento não estariam ainda previstos. Referiu, também, que na presente alteração ao Orçamento, é cumprida a regra do equilíbrio Orçamental.-----

O Senhor Presidente da Câmara prescindiu da palavra uma vez que **Luís Martins** respondeu às questões colocadas por **Sérgio Pedroso**. Acrescentou ainda que esta revisão não diz respeito à delegação de competências para as freguesias, antes porém, diz respeito a tramitação normal de incorporação de saldo de gerência anterior, bem como ajustamento de verbas. -----

Colocada à votação a 1ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano do ano de 2022, foi aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e 9 (nove) abstenções do PPD/PSD.CDS/PP e BE.-----

A Senhora Presidente da Mesa usando a mesma metodologia, propôs que os pontos números vinte e um, vinte e dois e vinte e três, que são sobre propostas de delimitação de uma área da reabilitação urbana, no caso do ponto 21 para a aldeia do Catarredor, o ponto 22 para o Centro Urbano da Vila da Lousã e o ponto 23 para Vale de Nogueira, também, que seja feita uma intervenção geral e depois a votação ponto a ponto. -----

INSCRIÇÕES: Helena Correia e Joel Fernandes. -----

Helena Correia interveio relevando a importância das propostas de ARU pelo reforço na melhoria da vida das aldeias e o apoio que pode dar à reabilitação e à regeneração das habitações e criação de melhores condições de vida no espaço urbano. Estas propostas foram subscritas pela Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, uma vez que estão dentro da sua área de jurisdição e, inserem-se, ainda, na estratégia local da habitação, já abordada em ponto próprio nesta ordem de trabalhos e outros apoios concedidos à reabilitação urbana, já concedidos pela Câmara Municipal.-----



Ag
Q
af

Joel Fernandes usou da palavra para dizer que estes pontos fazem parte de uma estratégia global mais ampla que tem sido debatida nesta assembleia. Realçou que se trata da ampliação de três novas áreas de reabilitação urbana no Concelho da Lousã que incluem várias isenções e estímulos à recuperação do edificado. Concluiu dizendo que é uma estratégia concertada do Executivo que será bem aplicada no concelho e, certamente dará frutos no futuro.-----

O Senhor Presidente prescindiu da palavra.-----

PONTO VINTE E UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

21 - Apreciação e votação da proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana para a aldeia do Catarredor – (doc. nº 23 (vinte e três)).--

Colocada à votação a proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana para a aldeia do Catarredor, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis de todos os membros. -----

PONTO VINTE E DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

22 - Apreciação e votação da proposta de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da Vila da Lousã – (doc. nº 24 (vinte e quatro)).-----

Colocada à votação a proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da Vila da Lousã, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis de todos os membros. -----

PONTO VINTE E TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

23 - Apreciação e votação da proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana para Vale de Nogueira – (doc. nº 25 (vinte e cinco)).-----



Colocada à votação a proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana para Vale Nogueira, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis de todos os membros.-----

PONTO VINTE E QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

24 - Apreciação e votação do Acordo de Mutação Dominial a realizar com as Infraestruturas de Portugal - IP, no âmbito do troço da estrada da EN 17, zona da Ponte Velha, a transferir para o Município da Lousã – (doc. nº 26 (vinte e seis)).-----

A Senhora Presidente da Mesa informou que esta matéria de acordo com a Lei 75/2013 de 12 de setembro, artigo 25, nº1 da alínea q), é da competência da Assembleia Municipal deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal.-----

INSCRIÇÕES: Não houve.-----

O Senhor Presidente da Câmara interveio para dizer que decorre de negociações que a Câmara Municipal manteve com as Infraestruturas de Portugal – IP, pelo que, neste momento o acordo está feito nos termos que é apresentado à assembleia e irá permitir realizar a intervenção de reabilitação da plataforma rodoviária concretizando assim uma reivindicação dos residentes daquele ponto e da Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio. -

Colocada à votação, relativamente ao Acordo de Mutação Dominial a celebrar com Infraestruturas de Portugal – IP, no âmbito do troço da estrada EN17, na zona da Ponte Velha, a transferir para o Município da Lousã, deliberou nos termos e para os efeitos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar por unanimidade, com vinte e cinco membros na sala a sua afetação ao domínio público municipal.-----

PONTO VINTE E CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Prorrogação do prazo até um de janeiro do ano de dois mil e vinte e três para a transferência das competências no domínio da ação social ao abrigo do disposto no decreto-lei nº. 23/2022 de 14 de fevereiro - (doc. nº 27 (vinte e sete)).-----

A Senhora Presidente da Mesa recordou a inclusão deste ponto, a título excecional e tendo em consideração as circunstâncias excecionais previstas na lei, tendo sido aprovada, por unanimidade, a sua inclusão na Ordem de Trabalhos, no início da sessão. -----

INSCRIÇÕES: Não houve. -----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu à Assembleia Municipal o facto de ter aceite a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos atendendo à sua relevância em termos de adiamento do processo desta transferência de competências. -----

Colocada à votação a prorrogação do prazo até um de janeiro do ano de dois mil e vinte e três para a transferência das competências no domínio da ação social ao abrigo do disposto no decreto-lei nº. 23/2022 de 14 de fevereiro foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis de todos os membros. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA: -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PPD/PSD.CDS/PP e BE quando estavam presentes na sala todos os elementos. -----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todas as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e uma horas e oito minutos. -----



A Presidente da Mesa,

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,

Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins